

Nota à imprensa

Ter 12 novembro

A [Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais \(SES-MG\)](#) informa que não há confirmação de caso da Doença da Vaca Louca no estado.

O caso noticiado no município de Caratinga trata-se de provável Doença de Creutzfeldt-Jakob (DCJ) na forma esporádica, ou seja, não é transmissível.

A maioria dos casos de DCJ acontece pela forma esporádica (85%). Afeta geralmente pessoas entre 55 a 70 anos (média de 65 anos) e é discretamente mais prevalente em mulheres. O caso do município de Caratinga trata-se de paciente idoso, de 78 anos, do sexo masculino, com alterações neurológicas.

A identificação da proteína 14-3-3 no líquido tem um alto grau de especificidade e sensibilidade para o diagnóstico das formas de DCJ. No entanto, a confirmação definitiva só é possível por meio de exame neuropatológico, que só pode ser realizado em caso de óbito do paciente.

O suspeita do caso investigado não está relacionada a variante da Doença de Creutzfeldt–Jakob (vDCJ), que está associada ao consumo de carne e subprodutos de bovinos contaminados com Encefalite Espongiforme Bovina (EEB), conhecida como Doença da Vaca Louca,. Essa doença acomete predominantemente pessoas jovens, abaixo dos 30 anos, o que não é o caso do paciente em questão.

A SES-MG permanece acompanhando o caso, por meio do Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (Cievs Minas) e da Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano.

Já o [Instituto Mineiro de Agropecuária \(IMA\)](#), órgão responsável pela sanidade dos animais de produção do estado, afirma que não há qualquer suspeita ou investigação da ocorrência de EEB no Estado de Minas Gerais, e que o Brasil nunca registrou casos clássicos da EEB, por isso, o risco de contaminação dessa doença é classificado como insignificante pela Organização Mundial de Saúde Animal (Omsa).

A possibilidade da ocorrência dessa enfermidade em animais e, conseqüentemente, em seres humanos, é mínima devido à situação epidemiológica do estado e às medidas de prevenção adotadas pelo IMA.

Essas medidas obedecem a legislação nacional, de acordo com as exigências internacionais da Omsa.